

**A SURDEZ COMO DIFERENÇA
COMUNICATIVA:
LINGUAGENS E POSSIBILIDADES
ATRAVÉS DE GESTOS E SINAIS**

**DEAFNESS LIKE A COMMUNICATIVE
DIFFERENCE: LANGUAGES AND
POSSIBILITIES THROUGH GESTURES
AND SIGNALS**

Ivan Vasconcelos Figueiredo¹

¹Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: ivanfigueiredo@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo de discutir, em uma perspectiva teórica, a surdez enquanto diferença comunicativa, a partir da noção de cultura articulada pelos Estudos Culturais e da concepção foucaultiana de discurso enquanto prática social. O estudo evidencia que a diferença entre surdos e não-surdos está na língua, no plano comunicativo e na forma de trocar diálogos, marcados pelos canais oral-auditivo e espaço-visual, contrastando representações sociais majoritárias que nomeiam o campo da surdez a partir de argumentos naturais, biológicos e linguísticos. Tais representações têm como efeito a busca pelo apagamento e correção do outro sujeito, considerado como desviante e anormal.

PALAVRAS-CHAVE: surdez; língua de sinais; discurso.

ABSTRACT: Thinking from a theoretical perspective, this paper discusses the deafness as communicative difference, starting from the notion of culture articulated by Cultural Studies and Foucault's conception of discourse as social practice. The study shows that the difference between deaf and non-deaf is in language, communication plan and the means of exchanging dialogue, marked by oral-auditive and visual-space communicative channels, contrasting majority deafness representations that appoint arguments based on nature, biological and linguistic terms. Such representations have the effect of the search for the erasure and correction the other, regarded as deviant and abnormal.

KEYWORDS: deafness; sign language; discourse.

INTRODUÇÃO

O presente artigo debate as diferenças culturais presentes na sociedade brasileira, mais especificamente, as variantes que permeiam o universo da surdez, a fim de questionar a comunicação oral como a única forma de transmissão de pensamentos, ideias e troca de atos dialógicos, tendo em vista a desconstrução de representações sociais majoritárias que nomeiam a surdez e os surdos a partir de diferenças biológicas, as quais determinam a necessidade de correção do corpo tido como “desviante” e do aprendizado do português oral para uma comunicação tida como “plena”.

Parte-se da concepção de que a surdez enquanto diferença empírica não traz e/ou agrega qualquer valor. É simplesmente diferença. O modo como os outros enxergam e representam a surdez, em conjunto com o modo como o surdo se vê, acarretam em oposições entre os sujeitos, em negações e visões preconceituosas.

Segundo Carlos Skliar (2005),

[...] o nosso problema, em consequência, não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas, sim, as representações dominantes hegemônicas e "ouvintistas" *sobre* as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos. Desse modo, a nossa produção é uma tentativa de inverter a compreensão daquilo que pode ser chamado de "normal ou cotidiano" (SKLIAR, 2005, p. 30: grifos do autor).

O problema não está no surdo. "Está na própria natureza conflitiva da sociedade, e está dentro de nós, nas nossas representações" (SÁ, 2002, p. 348), no modo como enxergamos e identificamos o outro.

Cada discurso é composto de inúmeros enunciados que concorrem entre si para construir e posicionar os sujeitos, o que pode gerar diferentes efeitos em cada um dos sujeitos. O discurso constrói, então, significados, valores, crenças e emerge de visões particulares, de modos de agir e de pensar sobre o mundo. É a partir dos discursos, localizados em seu contexto sócio-histórico, que são determinadas as representações da realidade (FOUCAULT, 1997; 1998).

Em um sentido discursivo, essas representações podem ser entendidas como manifestações de elementos históricos e sociais através do dizer, ou seja, são discursos sociais que revelam as crenças, valores e saberes desenvolvidos em um jogo de lutas dentro do campo discursivo, conferindo uma identidade coletiva a um determinado grupo social, bem como permitindo aos participantes desse grupo construir uma consciência de si.

As representações sociais estão radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros (JOVCHELOVITCH, 1999, p. 65).

Essas representações não surgem ao acaso e de forma independente. O estabelecimento de um discurso ocorre somente após este perpassar por um embate discursivo, no qual “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se cruzam e lutam valores sociais [...] revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN, 1995, p. 66).

Os sentidos são, assim, negociados dentro de um jogo composto de uma multiplicidade de discursos, podendo estes se complementar, diferenciar ou assumir posições antagônicas. Os dizeres sobre a surdez situam-se, então, em um processo discursivo amplo e contínuo, sustentando-se e tendo como referências outros discursos. O que se diz a respeito dos surdos e da surdez não é livre de influências de outras concepções dadas, as quais, carregadas de valores e crenças instituídos na sociedade, servem de fundamento para a construção de um discurso.

Em suma, existem interferências sócio-históricas e culturais durante o dizer, o que determina que todo discurso é construído com base em significados atribuídos historicamente, os quais perpassaram por um embate discursivo, sendo que alguns traços permanecem.

De acordo com o Skliar (2005, p. 15), a surdez é atravessada por um conjunto de representações dos ouvintes – baseado nas práticas curativas – que obriga o surdo “olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. Tal processo é denominado “ouvintismo”. Esse neologismo criado por Skliar busca caracterizar o processo de dominação e controle sobre os corpos dos surdos como similar às práticas realizadas pelos antigos colonizadores sobre os colonos.

Nesse olhar-se e nesse narrar-se é que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais (SKLIAR, 2005). Esse processo determina que sujeitos de uma sociedade sejam obscurecidos por discursos pautados em categorias que trabalham a questão em termos culturais, sociais, educacionais e comunicativos, porém na perspectiva do ouvinte.

A partir de aspectos biológicos, por exemplo, são pressupostas restrições quanto à capacidade de comunicação, integração e convivência desses sujeitos em processos culturais vigentes nas culturas pautadas pelas línguas oral-auditivas. O surdo é visto, predominantemente, como incapaz, anormal, deficiente, através de um resgate e apropriação de dizeres que evidenciam os traços biológicos “desviantes” dos convencionais, de um ouvido “normal”.

Nesse sentido, a área da surdez é assinalada por múltiplas ações que entendem o surdo por uma experiência marcada pela ausência de som. O surdo é considerado por meio da condição de “não ouvir” e, a partir dessa concepção, interpretam-se todos os outros aspectos de sua vida como resultantes dessa condição (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, p. 2).

O discurso sobre a surdez não ocorre ao acaso. Ele é fruto de outros discursos e de um embate de visões resgatados em cada dizer “novo”. Nesse processo de re-dizer, alguns aspectos e noções sobrevivem e reiteram o imaginário social sobre a condição de não ouvir como uma experiência negativa e anormal.

A SURDEZ COMO DIFERENÇA COMUNICATIVA

A capacidade para a linguagem não é característica exclusiva da humanidade. Nos demais animais, a comunicação entre os seres também ocorre. A diferenciação entre homens e animais está no modo de organização e estruturação do pensamento. Por meio de um sistema de regras gramaticais convencionalmente dado, os indivíduos são capazes de representar algo e de estabelecer uma comunicação efetiva entre os pares. Assim, a língua desenvolvida pelos seres humanos está inserida dentro de um campo mais amplo – a linguagem (FERNANDES, 2003), a qual engloba qualquer forma de comunicação, humana ou não, artificial ou natural, tais como expressões faciais, modo de vestir, artes, músicas, linguagem dos animais e línguas.

Enquanto produto social, a língua pode ser percebida como um conjunto de convenções necessárias (signos) para dar significado às coisas (SAUSSURE, 1988). Para fins deste artigo, interessa as lições de Ferdinand de Saussure: a língua pode ser caracterizada como uma lei admitida numa coletividade suportada; uma herança da época precedente; e uma instituição social. É através dessa organização estruturada do pensamento, por meio de atos dialógicos, que os homens têm a possibilidade de estabelecer relações sociais, assim como desenvolver e adquirir cultura.

Conforme Stuart Hall (2003), a cultura é uma cadeia formada por instituições culturais, significações e representações, atravessada e influenciada pelos discursos presentes na sociedade. Através dos valores e crenças sociais que se refletem e são confrontados em arenas simbólicas, cultura e língua estabelecem relações de condicionamento mútuo. Dessa maneira, a língua pode ser entendida como objeto constituinte da cultura, ou seja, o meio pelo qual relações sociais ocorrem e lutas pelo poder se refletem, no sentido dado por Foucault (1998).

Para Bakhtin (1995), homem e linguagem se pertencem. Sem o fenômeno social de interação verbal, sem a possibilidade do ato dialógico, de interação do “locutor-ouvinte”², não há comunicação e, conseqüentemente, interação social e uma posterior sensação de pertencimento ao sistema cultural. A preocupação de Bakhtin não reside na materialidade da língua, mas na produção de sentido proveniente do processo de interação em si.

Diferentemente das representações majoritárias que permeiam o universo da surdez – as quais caracterizam que o único modo eficaz de se comunicar com os sujeitos é através da oralidade – a possibilidade de falar e ouvir não faz o homem

² O estudo de Bakhtin não analisa a comunicação visual-gestual dos surdos. Porém, a relação “locutor-ouvinte” proposta pelo autor serve como base de argumentação para a necessidade de interação entre receptores e emissores.

adquirir uma língua. Os fatores biológicos representam o meio pelo qual a língua toma forma, mas não dão sentido às palavras. Antes de ser um objeto de apropriação individual, a língua é socialmente construída, não sendo algo pronto e inato. Ela advém de convenções e de sentidos que estão sempre em negociação. Após o embate discursivo, alguns valores permanecem, enquanto que outros são relegados. A capacidade para a língua ocorre, então, por meio de conhecimentos e experiências que ganham forma através das relações sociais, educacionais, históricas e culturais.

Os sujeitos que ouvem tendem a crer que, por entrarem em contato com sua língua por meio do som, este é o único meio dos sujeitos se comunicarem. As referências de um mundo marcado pela comunicação sonora propiciam a construção de concepções que procuram negar e obscurecer a realidade de diálogos que se utilizam do canal visual como espaço de enunciação.

As experiências marcadas pela comunicação espaço-visual podem acarretar em processos comunicativos e culturais distintos dos previstos para os presentes no mundo norteadado pelo som. Como observa Saussure (1998, p. 137), a língua é forma e não substância. O relevante na língua não é a materialidade em si, por qual canal ela é emitida, mas os sentidos que podem ser extraídos das palavras ditas.

O sujeito ouve o som de uma palavra, mas o significado não está nesse som perceptível. O que se percebe do som é a dimensão tangível, a parte materializável da estrutura resultante do contato desse som com a dimensão intangível do pensamento, o que o leva a crer que é essa dimensão perceptível que carrega os significados das palavras. Porém, esses significados são dados socialmente.

Ao ouvir a palavra *árvore*, o sujeito tem contato com sons articulados. Esses ruídos sonoros não carregam em si elementos capazes de gerar significados. Os sons "materializados" ganham sentidos a partir da relação que se estabelece entre essa articulação de ruídos e a dimensão intangível do pensamento, influenciada pelas convenções

sociais. Para quem desconhece os significados sociais da palavra *árvore*, o conjunto de sons dados para a expressão dessa palavra não trazem sentido algum.

Desse modo, os cinco sentidos humanos – audição, olfato, paladar, visão e tato – podem se tornar a parte materializável do contato entre a articulação do pensamento com o sentido propriamente dito, ou seja, canais para que as palavras sejam percebidas e ganhem significados.

Assim como o som é a substância do plano de expressão das línguas oral-auditivas, o gesto é a substância do plano de expressão das línguas de sinais, o tato é a substância do plano de expressão das línguas táteis, o olfato é a substância do plano de expressão das línguas olfativas e o paladar é a substância do plano de expressão das línguas palativas.

As palavras podem ganhar o plano perceptível, material, por quaisquer desses sentidos humanos, os quais são capazes de emitirem sentidos aos sujeitos e serem constituintes de uma língua. A comunicação entre emissores e receptores se efetiva através do compartilhamento de um código em comum, o lado social da língua, tornando as palavras compreensíveis.

Exemplo disso está no sujeito surdo-cego, o qual se utiliza do tato, olfato e paladar para perceber o mundo, atribuir significados às coisas e se comunicar. Isolado de outras pessoas que se utilizam desses canais para a comunicação, a tentativa de estabelecer relações dialógicas é em vão.

No momento em que mais sujeitos se utilizam do tato, olfato e paladar para se comunicarem com o surdo-cego, compartilham experiências, um sistema de convenções começa a ser delineado e os enunciados passam a se tornar compreensíveis para mais pessoas.

Em suma, os diálogos entre os indivíduos não são dados somente através de sons advindos da fala, bem como pela percepção do mundo através de um sistema articulado de ruídos. Para os ouvintes, os sinais e gestos são complementares e podem, em alguns casos, dizer mais do que as palavras. O equívoco de quem fala se pauta pelo funcionamento da língua que possui e domina.

A comunicação realizada entre surdos, através de gestos e expressões corporais, também pode transmitir um sentido reconhecível pelos receptores das mensagens. Ela pode estar ligada a um código comum, a uma língua regida por uma estrutura de regras gramaticais previamente instituídas e admitidas pelos sujeitos.

Fernandes (2003) pensa e classifica as línguas a partir dos espaços e canais utilizados para a emissão e recepção dos sentidos. Para a autora, as línguas que se utilizam do som para a comunicação, as oral-auditivas, são caracterizadas, no momento em que a forma de recepção não-grafada (não-escrita) ocorre através da audição e o modo de reprodução (não-escrito) se dá pela oralização. Esse é o caso do português oral e de todas as línguas oralizáveis.

As línguas espaço-visuais também se colocam como um modo de comunicação estruturado por meio de sistema abstrato de regras gramaticais. Esses tipos de línguas utilizam o visual para recepção e os sinais manuais para a reprodução, tais como as línguas de sinais utilizadas pelos surdos para comunicação dentro de um código previamente estabelecido e organizado.

As línguas oral-auditivas e as línguas espaço-visuais se caracterizam, portanto, como uma lei admitida numa coletividade, com a finalidade de serem intermediárias entre o pensamento e o modo como ele toma forma, seja através do som ou dos gestos.

Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1989) consideram que todo comportamento e ação humana são marcados pela impossibilidade de não comunicar. Qualquer ato, em uma situação interacional, tem valor de mensagem

Atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem; influenciam outros e estes outros, por sua vez, não podem não responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 44-45).

A impossibilidade de não comunicar está justamente na natureza da linguagem humana, a qual é composta por línguas arbitrariamente constituídas que dão denominação às coisas; e por sistemas de representações não-verbais, que não se utilizam de palavras para dar sentido.

A comunicação, segundo os autores, está marcada pelo par digital (verbal) e analógico (não-verbal). No modo de comunicação analógico, estão presentes aspectos da comunicação não-verbal, como

gestos, postura, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo, e cadência das próprias palavras, e qualquer outra manifestação não-verbal de que o organismo seja capaz, assim como as pistas comunicacionais infalivelmente presentes em qualquer contexto em que uma interação ocorra (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 57)

Os dois modos de comunicação existem lado a lado e, além disso, se complementam durante as mensagens. Em uma interação, é impossível que as palavras proferidas não sejam acompanhadas de inflexão de voz, postura e outros aspectos relacionados à comunicação não-verbal. A comunicação analógica torna-se determinante para o estabelecimento de relações e distinção de sinais de humor, por exemplo.

Os seres humanos comunicam digital e analogicamente. A linguagem digital é uma sintaxe lógica sumamente complexa e poderosa, mas carente de adequada semântica no campo das relações, ao passo que a linguagem analógica possui a semântica, mas não tem uma sintaxe adequada para a definição não-ambígua na natureza das relações (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1989, p. 61).

As manifestações verbais estão sempre acompanhadas de comunicação não-verbal. A postura, gestos, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo e cadência das próprias palavras são manifestações não-verbais dadas em uma situação de interação.

Para os ouvintes, a fala tende a representar uma comunicação verbal e os movimentos do corpo e expressões da face, por exemplo, uma comunicação auxiliar. Dessa visão decorre outro fator determinante para o entendimento equivocado de que a comunicação por língua de sinais não constitui em si uma língua³.

Os gestos e expressões corporais são realizados por todos os sujeitos; porém, no momento em que os gestos e expressões de um sujeito ocorrem baseados em um código linguístico, que dá sentido a estes movimentos, a comunicação gestual também pode ser entendida como verbal.

ASPECTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como as demais línguas, possui particularidades e variações regionais, que podem ser associadas aos sotaques e expressões características de uma determinada região em que se utilizam da Língua Portuguesa. No caso do Brasil, a Libras é reconhecida pelo governo brasileiro como a língua natural dos surdos, no sentido de estar alinhada com as capacidades psicolinguísticas e sociais desses sujeitos, assim como com as percepções e experiências visuais diferentes dos ouvintes (BRASIL, 2002).

Isso não significa que as línguas de sinais se padronizam e se pautam nas línguas faladas em diferentes países. São línguas distintas que estão presentes em contextos sociais determinados. Dentro dessa perspectiva, a Libras não é uma tradução do português oral para os gestos.

De acordo com Lucinda Ferreira-Brito (2007), as línguas de sinais se articulam em uma dimensão espacial e são percebidas visualmente. Essas línguas utilizam o espaço e as dimensões que este oferece para a constituição de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e

³ Watzlawick, Beavin e Jackson (1989) ressaltam que, em caso de contradição entre as duas linguagens, prevalece a analógica.

semânticos para veicular significados. Esses significados são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais. Para a autora,

línguas de sinais e línguas orais são muito semelhantes. As gramáticas particulares das línguas orais e das línguas de sinais são intrinsecamente as mesmas posto que seus princípios básicos são respeitados em ambas as modalidades: elas são dotadas de dupla articulação (estruturam-se a partir de unidades mínimas distintivas e de morfemas ou unidades mínimas de significado), usam a produtividade como meio de estruturar novas formas a partir de outras já existentes, estruturam suas sentenças a partir dos mesmos tipos de constituintes e categorias linguísticas, suas sentenças são estruturadas sempre em torno de um núcleo com valência, isto é, o núcleo que requer os argumentos (complementos) necessários para a completude do significado que veicula (FERREIRA-BRITO, 2007).

A combinação dos sinais possui regras básicas e próprias. Essas regras estão associadas ao pouco uso de preposições e conjunções, omissão frequente dos verbos “ser” e “estar”, negação feita após o verbo, colocação de funções periféricas (adjuntos adnominais) após as funções nucleares, quando se trata de sintagma nominal (BERNARDINO, 1997).

Segundo Ferreira-Brito (2007), a formação das sentenças (ordem sintática) em Libras se assemelha à da *American Sign Language* (ASL), assim como à do Português. A Libras tende a seguir a ordem básica “sujeito – verbo – objeto”.

Outras ordens seriam permitidas, como: se um dos elementos da frase for “topicalizado”; quando o sujeito e o objeto não forem invertidos; e em situação em que o locutor não usasse o espaço para indicar mecanismos gramaticais. Em estudos mais recentes, Ferreira-Brito (2007) afirma que a Libras parece preferir a “topicalização” e o verbo no final da sentença. A autora ressalta que a estrutura “tópico-comentário” também está presente nos diálogos coloquiais ocorridos na Língua Portuguesa. Têm-se, então, duas formas de organizar as frases em Libras:

b) orientação das mãos: relativa à direção da palma da mão, no momento de execução do sinal, o que não impede a mudança de direção da palma, durante o movimento;

c) região de contato: entendida como a parte da mão que entra em contato com o corpo. Desse modo, estão incluídos, toque, risco, deslizamento, entre outros.

Tanya Felipe (2007) acrescenta um outro parâmetro relacionado aos sinais em Libras: a expressão facial e/ou corporal. Em sinalizações como alegre e triste, a expressão facial é fundamental para dar sentido. Felipe ainda acrescenta que há sinais feitos somente com a bochecha como LADRÃO, ATO-SEXUAL.

Ronice Quadros e Lodenir Karnopp (2004) esclarecem que essas *expressões não-manuais* servem para marcação de construções sintáticas e diferenciação de itens lexicais. As expressões não-manuais constituem ainda componentes lexicais – marcam referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto. Essas expressões são encontradas no rosto, na cabeça e no tronco.

Os parâmetros acima são responsáveis por 218 traços úteis para a transcrição fonética. Com isso, a Libras apresenta 46 configurações de mão, seis tipos de orientação de mão, 23 expressões não-manuais e 35 possíveis movimentos internos de mão. Além disso, possui 28 especificações para tipo, 17 para direcionalidade, cinco para maneira e duas para frequência do movimento (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 64).

Bernardino ressalta que a Libras, por ser multidimensional, proporciona a possibilidade de alteração desses parâmetros para a obtenção de modulações aspectuais, incorporação de informações gramaticais e lexicais, quantificação, negação e tempo (BERNARDINO, 2000, p. 86).

A Libras apresenta também um alfabeto manual (datilologia), composto de 46 configurações que representam as letras do alfabeto ocidental, além dos numerais e das pontuações gráficas. Essas configurações permitem a formação de qualquer palavra em Língua Portuguesa. Todavia, os sinais

ou palavras (itens lexicais) em Libras não são formados pela soletração manual, como visto.

Quadros e Karnopp esclarecem que a soletração manual não é uma representação direta do português, é uma representação manual da ortografia do português, envolvendo uma sequência de letras escritas do português.

Bernardino ressalta que pode haver influência da Língua Portuguesa, no caso do sujeito utilizar o alfabeto manual para configurar a primeira letra da palavra e outros recursos articulatórios, para formar o léxico em Libras.

Diferentemente da Língua Portuguesa, a Libras apresenta *classificadores*, determinadas configurações de mãos utilizadas para representar a forma e o tamanho dos referentes. Os classificadores também podem estar relacionados às características dos movimentos dos seres em um evento, com a função de descrever o referente do nome (atuando como pronomes) ou localizar os referentes (como locativos) (BERNARDINO, 2000, p. 94). Tais configurações são muito utilizadas para descrever ideias para as quais não há sinais específicos.

Na tentativa de transpor a barreira entre as duas línguas, Bernardino considera que muitas pessoas se utilizam do Português sinalizado. A autora compara as estruturas das três formas a seguir:

Em Português: Eu não mandei você fazer isso.

Em Português sinalizado: [EU NÃO MANDAR VOCÊ FAZER ISSO].

Em Libras: [MANDAR AINDA-NÃO].

Para a autora, o uso concomitante da língua de sinais e da oral gera confusão entre os surdos, levando-os a pensar que a língua de sinais é uma forma sinalizada da língua oral. Essa visão é decorrente dos processos de representação sobre a surdez que, conforme exposto, apresentam modelos ouvintes para que os surdos se espelhem. Apesar da comunicação por sinais estar em mútua influência com a comunicação oral

devido a presença em contextos sociais iguais, a Libras não se apresenta como um tradução do Português para os sinais.

Percebe-se que a comunicação por língua de sinais apresenta um processo híbrido e interseccionado entre comunicação verbal e não-verbal. Contrariamente à noção dada por Watzlawick, Beavin e Jackson (1989), de que os gestos são elementos auxiliares em um processo dialógico, a língua de sinais torna esses gestos elementos verbais essenciais ao processo de comunicação espaço-visual.

Os elementos verbais da Libras são pautados nos parâmetros de configuração de mãos, ponto de articulação e movimento, assim como disposição das mãos, orientação das mãos, região de contato.

Os gestos operados dentro desses parâmetros adquirem, portanto, caráter de comunicação verbal, tendo o potencial de serem recebidos e interpretados pelos receptores que também operam dentro de um código em comum, a Libras.

Expressões não-manuais – como movimentos dos olhos, face e corpo como um todo – que tenderiam a serem considerados como aspectos complementares em um diálogo e que, por isso, poderiam ser considerados não-verbais, adquirem o estatuto de comunicação verbal em alguns casos, como o de sinais realizados somente com a bochecha, por exemplo.

A utilização do espaço visual para a comunicação em língua de sinais perpassa a fronteira de divisão binária entre comunicação verbal e não-verbal. É a situação contextual que irá determinar se algum aspecto complementar é não-verbal ou verbal.

Cabe ressaltar que a demarcação em elementos verbais/não-verbais dentro da Libras é apresentada aqui apenas como exemplificação da possibilidade de estruturação dos gestos e sinais de modo correlato ao funcionamento das línguas orais, ou seja, para o entendimento de que os gestos e sinais podem ser utilizados como canais de comunicação entre os sujeitos.

Defender essa classificação de elementos verbais/não-verbais em Libras significa desconsiderar e marginalizar a

existência de outras formas de comunicação espaço-visual fora dos parâmetros estabelecidos pela Libras.

A cultura surda não é atravessada somente pela comunicação provinda da Libras, pois não são todos os surdos dominantes da Libras. Desse modo, outros sistemas de comunicação se fazem presentes como dialetos espaço-visuais.

De forma análoga à sociedade marcada pela comunicação oral, pode-se considerar que, dentro da surda, o usuário da Libras seria o “alfabetizado”. Porém, o relevante na língua é o ato de interação em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tratadas acima não procuram mostrar que os surdos são sujeitos capazes de adquirir uma língua, estabelecer relações sociais e participar de elementos da cultura. A perspectiva adotada é a de reconhecer que existem diferenças na sociedade – tanto com relação a formas de comunicação quanto a indivíduos – e que estas não devem ser trabalhadas como categorias opostas ao mundo que se dá a partir das línguas oral-auditivas.

Para tanto, é preciso considerar a surdez enquanto um campo discursivo, uma arena de construção de valores e crenças vigentes na sociedade e que se reflete através do dizer. Como dito, o problema da surdez não está nos surdos, na surdez ou nas línguas de sinais, mas nos modos como essas categorias são representadas, como são vistas e ganham sentido. O discurso tem um potencial de transformação das relações entre os sujeitos, bem como na difusão e modificação de crenças e valores sociais. As ações dos sujeitos podem ser orientadas e refletidas pelo modo como são recebidas as representações sociais.

Representações majoritárias nomeiam o surdo como incapaz, anormal, deficiente, através de um resgate e apropriação de discursos que evidenciam os traços biológicos que “desviam” dos convencionais, de um ouvido “normal”. As

noções que se tem da surdez se amparam em um conjunto de diferenças em termos de características físicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro.

A partir das diferenças biológicas, são pressupostas restrições quanto à capacidade de comunicação, integração e convivência desses sujeitos em processos culturais vigentes nas culturas pautadas pelas línguas oral-auditivas. Com isso, sujeitos de uma sociedade são obscurecidos por discursos pautados em categorias que não trabalham a questão em termos culturais, sociais, educacionais e comunicativos. Porém, pensar a diferença entre surdos e ouvintes em termos biológicos é não aceitar que a língua tem duas faces, uma individual e outra social. E que o lado individual – que dá forma ao pensamento – não é determinante para o sentido das palavras, bem como para uma comunicação efetiva entre interlocutores.

Independentemente do meio pelo quais as línguas são evocadas, seja pela fala ou pelos gestos, o relevante está na construção dos sentidos e significações que emergem nos atos dialógicos. As diferenças que se estabelecem entre surdos e ouvintes ocorrem, portanto, primeiramente, no plano das línguas e no modo de comunicar, o que vai determinar a vivência de experiências distintas e, por vezes, híbridas.

Pensar na surdez e nos surdos é abrir-se para um universo de diferenças, com vivências e experiências pessoais, sociais e culturais, proporcionadas por uma língua espaço-visual que explora outras formas de percepção de mundo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 24 abr. 2002.
- BERNARDINO, E. L. *Programa elaborado pela equipe técnica da Clínica Escola Fono: Aquisição e Desenvolvimento da Língua de Sinais*. v. 4. SEGRAC, 1997.

- _____. *Absurdo ou lógica: os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.
- FELIPE, T. "Introdução à gramática de Libras". *Educação especial: deficiência auditiva*. Disponível em: www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_PRINCIPAL.HTM. Acesso em: 17 dez. 2007.
- FERNANDES, E. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERREIRA-BRITO, L. A Língua Brasileira de Sinais. In: *Educação especial: deficiência auditiva*. Disponível em: www.ines.org.br/ines_livros/SUMARIO.HTM. Acesso em: 14 dez. 2007.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. São Paulo: Artmed, 2004.
- SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Ufam, 2002.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix, 1989.